

Avaliação educacional na Educação Anarquista

GUSTAVO CASTANHEIRA BORGES DE OLIVEIRA*

Resumo

O presente texto tem como principal foco a questão da avaliação educacional. A partir daí temos dois objetivos: apresentar reflexões sobre a avaliação educacional, especificamente a que encontramos de modo hegemônico em nossa sociedade; trazer uma experiência educacional e avaliativa diferente das tradicionais: a educação anarquista. Dessa maneira discutiremos os pontos positivos que podem ser observados em uma experiência educacional anarquista, a Escola Livre Paidéia, e como podemos pensar a nossa educação a partir desse choque de concepções de avaliação tão diferentes.

Palavras-chave: Anarquismo; Escola Paideia; Educação.

Educational assessment in Anarchist Education

Abstract

This paper focuses primarily on the issue of educational evaluation. From there we have two goals: to present reflections on the educational evaluation, specifically found that the hegemonic way in our society; bring an educational and evaluative experience unlike traditional: anarchist education. In this way we will discuss the positives points that can be observed in an anarchist educational experience, the Free School Paideia, and how can we think our education from that shock of so different concepts of evaluation.

Key words: Anarchism; Paideia School; Education.



* GUSTAVO CASTANHEIRA BORGES DE OLIVEIRA é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.



Colônia anarquista belga - A experiência (1905-1908)

I. Introdução

Ultimamente tem se produzido uma quantidade expressiva de trabalhos acadêmicos sobre a educação em nosso país. Dentro desse grande leque chamado educação se abrem vários caminhos, sendo diversos os temas: formação de professores, condições de trabalho nas escolas, valorização social do professor, novas tecnologias na sala de aula, metodologias de ensino, cultura escolar, transposição didática, dentre tantas outras. O assunto que escolhemos trabalhar aqui vem sendo igualmente estudado como os citados acima, e é também muito importante: a avaliação educacional.

A questão da avaliação educacional é ponto de pauta em muitos debates sobre educação, afinal, qual escola não realiza avaliações? As avaliações em larga escala estão gerando pesquisas e discussões por todo o país, uma vez que modelos desse tipo de avaliação estão sendo largamente utilizados pelo Estado, gerando assim gráficos e dados estatísticos sobre a “qualidade” da nossa

educação. Recentemente o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – foi adotado por inúmeras Universidades Federais como prova para se ingressar nas instituições, substituindo assim o vestibular que cada Universidade fazia por conta própria. Mas a avaliação em larga escala, apesar de ter relações diretas com as questões que serão colocadas, não é nosso foco aqui; trataremos daquela avaliação feita pela própria escola, pelo professor, pelos alunos, no seu dia a dia.

O nosso intuito então é o de trazer uma reflexão sobre a questão da avaliação educacional. Dessa maneira, nosso trabalho tem duplo objetivo: primeiro, propiciar uma oportunidade para se pensar a avaliação educacional que tradicionalmente vem sendo realizada nas nossas escolas; e segundo, trazer uma experiência de avaliação diferente da que normalmente conhecemos e uma proposta de educação que foge ao tradicionalismo: a educação anarquista.

Sendo assim, nosso texto tem a seguinte estruturação: primeiramente faremos

uma brevíssima, porém importante, explanação das principais ideias do pensamento anarquista; em seguida teceremos alguns comentários sobre a concepção de avaliação, especificamente aquela que parece ser hegemônica em nossa sociedade; por fim, traremos uma experiência onde os princípios da educação anarquista modificaram a concepção tradicional de avaliação educacional.

II. O pensamento anarquista

Apesar de ser possível identificar temas anarquistas em pensadores antigos, como o filósofo grego Zenão, o anarquismo, enquanto corpo teórico e prática, passa a ser propagado e a ter contornos mais definidos a partir do século XIX. O francês Pierre-Joseph Proudhon foi o primeiro a se autodeclarar anarquista. Em seu livro *O que é a propriedade?* (1840), pontua a origem da miséria e das contradições sociais da sociedade. Segundo George Woodcock:

a palavra anarquismo expressava, claramente, uma condenação, tanto durante a Revolução Francesa como depois dela. Na melhor das hipóteses, servia para descrever aqueles cujos métodos de atuação política podiam ser considerados destrutivos ou desastrosos; na pior, era um termo empregado indiscriminadamente para aviltar a oposição. Mas, assim como outras designações, tais como Cristão e Quaker, "anarquista" seria enfim orgulhosamente adotado por um daqueles homens contra o qual fora lançado como uma condenação. Em 1840, Pierre-Joseph Proudhon, aquele individualista violento, sempre tão cheio de razões, que se vangloriava de ser um homem de paradoxos, um provocador de contradições, publicou um livro que o tornaria o pioneiro dos filósofos libertários. Esse livro foi *O que é*

propriedade?, no qual dá à sua própria pergunta a célebre resposta: "Propriedade é roubo". Nesse mesmo livro ele se tornaria o primeiro homem a reclamar para si, voluntariamente, o título de anarquista. (WOODCOCK, 2002, p.9)

Proudhon (1975, p 11 et. seq.) inicia seu célebre livro *O que é a propriedade?* com as seguintes analogias: a escravatura é o assassinato, pois, privar um homem de sua vontade e personalidade nada mais é do que assassiná-lo. Da mesma maneira a propriedade não é mais do que o roubo, advindo daí sua famosa máxima: "a propriedade é o roubo". Para o filósofo francês, o proprietário extrai sua riqueza a partir da exploração do trabalho de terceiros, pois, por si mesmo, ele não é capaz de produzir sozinho. Assim, o lucro é o resultado do ganho do proprietário exercido sobre a perda que ocorre ao trabalhador, sendo que a propriedade aparece como instrumento de propagação da desigualdade social. Então, a propriedade deve ser abolida, existindo apenas a posse. A posse, sempre individual, deve ser exercida por aquele que produz e colhe os frutos do seu próprio trabalho, e não da exploração de terceiros. Assim, terras e fábricas devem estar de posse daqueles que trabalham e produzem nelas, sendo que a figura do proprietário não cabe nesse sistema. Em suma, liberdade e igualdade construiriam a justiça social.

Depois de Proudhon, surgiram vários outros teóricos que também assim se declaravam. Com o passar do tempo o anarquismo foi ganhando ramificações, como por exemplo, o anarcocristianismo, o federalismo, e o anarcosindicalismo, cujo grande teórico e praticante foi o russo Bakunin, que acreditava na luta anticapitalista através

da união dos trabalhadores em sindicatos.

O anarquismo tinha, e ainda tem, como princípios fundamentais: a negação da hierarquia e autoridade como formas de opressão; a defesa da fraternidade e cooperação entre todos os indivíduos, ao invés da competição e egoísmo suscitados pela sociedade capitalista; a autogestão da sociedade, baseada na auto-organização dos indivíduos; a extinção do Estado e qualquer instituição que oprima os indivíduos; socialização das riquezas produzidas, o que acabaria com a desigualdade social e consequentemente com as mazelas que ela carrega; a negação da propriedade privada e do capitalismo. Sendo assim, o anarquismo, enquanto movimento social, cresce no bojo das lutas sociais do século XIX e início do XX.

A educação era um ponto muito discutido pelos anarquistas e visto como uma ferramenta essencial no processo de mudança da sociedade. Para eles, uma sociedade nova se constrói com seres humanos novos, e seria a educação a responsável por formar a consciência revolucionária nesses indivíduos, que por sua vez mudariam o mundo, o tornando mais justo. Dessa maneira, a educação anarquista adotou os princípios libertários a serem aplicados nas escolas: educação voltada para a formação de indivíduos livres, baseada na fraternidade e cooperação entre todos, respeito a individualidades, ausência de repressão baseada na autoridade por parte dos professores.

O anarquista russo Mikhail Bakunin escreveu, no ano de 1869, quatro artigos para o jornal *L'Égalité*, onde o autor discorre mais especificamente sobre educação e desenvolve sua ideia de “instrução integral”. Essa instrução integral se assemelha à ideia

proudhoniana de uma educação teórica e prática, que visava assim acabar com a sociedade de classes, visto que a separação entre intelectuais, que só pensam, e proletários, que só trabalham manualmente, seria abolida.

Bakunin (2015a) divide o ensino em dois: científico, ou teórico, e industrial, ou prático. O primeiro subdividiu-se em dois: geral e especial. A primeira categoria seria obrigatória para todas as crianças, sendo responsável por fornecer os princípios básicos do conhecimento humano, substituindo a metafísica e a teologia pela explicação racional, científica. A segunda possui um cunho de especialidade, sendo que os estudantes escolheriam os ramos do conhecimento que os atrairiam mais, e assim seriam encaminhados para suas profissões. O ensino industrial se divide também em dois: o ensino geral, que daria aos estudantes a ideia geral e o conhecimento prático de todas as indústrias; e o específico, dividido em grupos de indústrias com afinidades entre si. Paralelamente ao ensino teórico e prático deve ocorrer a formação moral do indivíduo através de uma série de experiências ocorridas no ambiente educacional pautadas nos princípios da autogestão, da autonomia e da solidariedade. Assim, fica explícito o significado de educação “integral”: dar atenção ao corpo e à mente.

Bakunin era um entusiasta do papel desempenhado pelo desenvolvimento da ciência moderna. Segundo ele (2015b), a ciência ajudaria na árdua tarefa de combater a metafísica e suas ideias fantasiosas, dentre elas a concepção de Deus. Para o revolucionário russo, a religião era somente mais um instrumento de dominação das elites sobre as classes mais pobres, pois ao longo da história a religião, através de uma “casta vagabunda e parasita”

(2015c, p. 141), a dos sacerdotes, vêm legitimando e santificando guerras injustas, hierarquias tolas e desigualdades sociais. A ciência deveria assim, desempenhar um papel revolucionário: instruir as massas para que elas tomassem consciência da exploração a que estavam submetidas, e se tornassem capazes de destruir a antiga sociedade baseada nos privilégios de classe, e criasse uma nova, orientada pela justiça social.

Durante os séculos XIX e XX tivemos algumas experiências com a educação anarquista, sendo que as mais célebres foram: o Orfanato de Cempuis e a escola La Ruche, ambas na França, coordenadas respectivamente por Paul Robin e Sébastien Faure; a escola Iasnaia-Poliana, fundada na Rússia pelo grande escritor Leon Tolstói; a Escola Moderna na Espanha, criada pelo anarquista Francesc Ferrer i Guardia;¹ a Escola Livre Paidéia, também na Espanha; e no Brasil, a Escola Moderna n°1 e a n°2, dirigidas respectivamente por João Penteadó e José Álvés. Obviamente essas experiências não foram as únicas com cunho anarquista, é válido ressaltar que operários anarquistas ao redor do mundo organizaram escolas, ateneus, grupos de estudos, para educarem seus filhos e a si mesmos. (LIPIANSKY, 2007)

Devido ao fato das escolas citadas acima representarem umas em relação às outras disparidades no tempo e no espaço, especificidades importantes, cotidianos singulares, ideias e práticas variadas, optamos por não abordar todas. Escolhemos uma em especial: a Escola Livre Paidéia. Essa escolha se deu pelo fato de que encontramos uma

maior quantidade de material bibliográfico sobre a mesma, enquanto que as outras escolas não possuem uma bibliografia grande, além do fato dela ser a única instituição das citadas acima que ainda permanece em atividade. Sendo assim, vejamos o que essa experiência anarquista pode nos dizer sobre a questão da avaliação de alunos na escola.

III. A avaliação

Mariza Rocha, em seu texto intitulado “Avaliação: ação, interação e interação”, faz uma interessante análise das palavras avaliar/avaliação. Essencialmente etimológica, a análise em questão transcende a etimologia e acaba por demonstrar o modo como efetivamente a avaliação é encarada e aplicada nos meios educacionais atualmente:

Avaliar/avaliação vem de *a + val + iar* ou *ação*. O prefixo *a*, dentre suas muitas possibilidades de significação, denota a ideia de *tendência*. Esta possibilidade significativa é a que se realiza em avaliar/avaliação. Em seguida, aparece o radical *val* manifestando o conceito *ser igual ou equivalente em valor a, ter certo valor*. Por fim, há os sufixos *ia* ou *ção*, que denotam a ação de *ação* ou *feito*. Ao primeiro, aparece agregada a desinência verbal de infinitivo *-r*, imprimindo a palavra avaliar o caráter dinâmico, próprio dos verbos, ao lado da ideia de ação pura, desprovida das noções modo temporais. Já *-ção* empresta ao conjunto mórfico avaliação o valor de *abstração*, de *elemento estático*, de *ato em si*. Relacionando os morfemas componente de avaliar/avaliação, obtém-se como referencia etimológica a noção de ação/ato com tendência a equiparar valores. (ROCHA, 2003, p.16)

¹ Sobre a Escola Moderna de Ferrer y Guardia, ver: Ferrer y Guardia, Francisco. A Escola Moderna. Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014.

“Equiparar valores”, etimologicamente é assim que poderíamos entender o conceito de avaliar. Parece que a etimologia foi levada a sério de mais, excessivamente interpretada ao pé da letra, e o resultado que daí se infere é o que observamos hoje no campo da educação: as avaliações parecem ter por fim último menos o desenvolvimento intelectual do aluno do que a contagem mecânica do número de erros e acertos; muitas exigem do aluno mais a capacidade de decorar, memorização mecânica sem muito sentido, do que a de criar. Apesar de a autora nos lembrar de que a concepção de avaliação exposta acima esteve muito presente em tempos passados, e que hoje há várias outras perspectivas para se encarar a avaliação, o tradicionalismo que essa concepção carrega é muito forte e até hoje se faz muito presente na educação em geral.

Outra questão logo nos vem à mente quando pensamos em avaliação: a prova. O uso por parte dos alunos e também dos professores da palavra “prova”, denuncia o verdadeiro caráter que a avaliação assume na nossa educação: o de que a avaliação é um instrumento pelo qual o estudante deve provar algo para o professor. Consequentemente a avaliação assume um caráter de verdade e julgamento.

“Verdade e julgamento tem pontos a ligá-los, como a escolha de um padrão, de critérios a serem seguidos, a aceitação (ideológica) por grandes grupos de indivíduos, e avaliar requer padrões norteadores de métodos e condutas.” (ROCHA, 2003, p.17) Desse modo, a avaliação assume definitivamente a tarefa de “equiparar valores”, já que a prova exige a adequação do aluno à verdade, à uma única verdade, e o professor aparece como o juiz, julgando erros e acertos.

Criticar a forma como geralmente as avaliações são feitas parece ter se tornado um clichê. Questionada por estudiosos, professores, e pelos próprios alunos, a forma hegemônica atual de avaliação parece acuada, atacada por todos os lados, de diversos modos. Mas afinal, qual é o problema que a avaliação possui? Podemos elencar alguns pontos negativos: ênfase no exercício de decorar o conteúdo, ao invés de exercitar a criatividade, sendo que esse fato é visível quando escutamos os alunos dizerem que estudam para a prova e um dia depois já esquecem o que haviam estudado; exigência de conteúdos que muitas vezes não possuem muita relevância para os alunos; teoria dissociada da prática, ao passo que as provas exigem apenas a teoria abstrata, provocando um acúmulo de conhecimento descolado da realidade dos alunos; o sistema de pontuação, a nosso ver, acaba por dirigir o interesse do aluno para a questão da nota, e não para o conteúdo, tornando assim a avaliação como um fim em si mesma, já que o aluno não estuda para aprender ou por vontade própria, mas simplesmente para atingir pontuação necessária para não ficar retido na série em que se encontra.

Além dos pontos citados acima, temos mais um, o principal para a nossa discussão aqui: a capacidade de autonomia do aluno. O que uma boa educação deveria propiciar ao aluno, entre outras coisas, é o desenvolvimento da autonomia por parte do mesmo, ou seja, o desenvolvimento da capacidade crítica. A avaliação tem uma relação intrínseca com o processo da tomada de autonomia pelo aluno, o que podemos demonstrar a partir de alguns pontos expostos abaixo.

Primeiro: como havíamos dito, se o aluno, geralmente, estuda visando

atingir pontuação necessária para não ser retido na série, ao invés de estudar por vontade própria, ele fica refém de um esquema mesquinho, onde se estuda simplesmente para “vomitar” o conteúdo na prova. O que nos leva a entender que o conhecimento não é verdadeiramente seu, já que ele não o retém, mas é algo que lhe acaba sendo exteriorizado. À medida que o aluno estuda aquilo que o professor pediu que ele estudasse, a motivação para que o aluno aprenda se torna exterior, ou seja, ele não estuda por livre e espontânea vontade, mas sim por que alguém que não ele, o professor, irá julgá-lo a partir da avaliação, que se torna assim um instrumento menos de construção do conhecimento por parte do aluno do que de controle de aprendizagem.

Segundo: sobre a organização do próprio roteiro de estudo por parte do aluno. Normalmente nas escolas, os alunos tem pouca interferência na organização de suas disciplinas escolares, na escolha dos conteúdos de cada disciplina, enfim, na organização do cronograma dos seus próprios estudos. Resumindo: os alunos não escolhem o que estudam, e muitas das vezes, não estudam o que querem e não gostam do que estudam. Dessa maneira, a própria avaliação acaba se transformando em algo estranho aos interesses e compreensão do próprio avaliado, o aluno. A avaliação é feita pelos professores, contendo conteúdos que não tiveram a mínima apreciação dos alunos na sua escolha, e, no entanto são os alunos que são avaliados nas provas. Assim, a oportunidade de exercer sua autonomia na tarefa de construir sua própria avaliação, o que a tornaria uma autoavaliação, é perdida, já que a avaliação chega pronta na mão dos alunos, que perderam um rico processo: a construção de sua avaliação.

É quando tratamos dessas questões que enxergamos a possível contribuição que a educação anarquista nos oferece. Como já foi dito, analisaremos a Escola Livre Paidéia como exemplo de uma prática educacional anarquista, e retomaremos esses dois pontos expostos acima.

IV. A escola da Anarquia²

A *Escuela Libre Paidéia* iniciou suas atividades no ano de 1978 em Mérida, na Espanha. Três mulheres, todas profissionais da educação, foram as responsáveis pela iniciativa: Concha Castaño Casaseca, M^a Jesús Checa Simó e Josefa Martín Luengo. Desde o começo, o princípio que regeria a escola seria o da liberdade, e isso se refletiu no modo como a escola era gerida: a autogestão. Com o passar do tempo a escola foi crescendo, chegaram e saíram crianças, e outros professores vieram se juntar às três precursoras citadas acima.

O pesquisador brasileiro Clovis Nicanor Kassick realizou um estudo sobre a Escola Paidéia, tendo como resultado sua tese de doutorado, defendida no ano de 2002. O pesquisador esteve por um tempo na Escola, realizou trabalho de campo, entrevistou professores e ex-alunos, observou como se dava a dinâmica da escola, e assim nos propiciou uma análise da instituição.

É importante entendermos a organização da escola, pois os seus métodos avaliativos estão intrinsecamente ligados ao modo como se organizam. A escola tem como princípio organizacional a autogestão, um dos principais fundamentos

² Para uma análise aprofundada das relações entre anarquismo e educação, Cf. GALLO, S. Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 268p.

anarquistas. Autogestão, como o próprio conceito diz, denota um modo organizacional onde os próprios envolvidos são os responsáveis por administrar os processos ou a instituição da qual fazem parte. As decisões devem ser tomadas de forma democrática e transparente, sendo que todos têm direito a manifestar suas opiniões e a deliberar de acordo com sua capacidade. Dessa forma, a autogestão socializa a responsabilidade entre todos e evita a centralização do poder na mão de alguns. Um instrumento historicamente utilizado pelo movimento anarquista na busca pela autogestão é a assembleia, local onde todos se reúnem, representam a si mesmos, e decidem os rumos da coletividade.

As decisões na Escola Paidéia, as que afetam de modo direto a todos, são discutidas em conjunto, sendo que o que propicia isso são as assembleias. As assembleias são um dos maiores diferenciais que a Paidéia possui em relação às outras escolas. Pelo menos uma vez por semana ocorre uma assembleia geral, onde alunos e professores tem o direito a se manifestarem, e conjuntamente deliberam sobre os assuntos escolares. A escola é mantida pela colaboração mensal que pais e mães dos alunos fazem, além de doações voluntárias. Com o dinheiro arrecadado cobre-se todas as despesas e o que resta é repartido igualmente entre os funcionários de tempo integral da escola. As questões financeiras são igualmente debatidas dentro da escola.

Há dois tipos de assembleias na Paidéia: Assembleia Geral, e Assembleia de Exposição. A primeira se destina a resolver conflitos e problemas surgidos no cotidiano da escola, tendo como participantes os alunos e os professores, que possuem direito de manifestação e

voto iguais; a segunda tem por fim a exposição por parte dos alunos dos conteúdos que estudaram, sendo assim uma forma de socialização do conhecimento. As Assembleias de Exposição são obviamente as que mais nos interessam aqui, devido sua ligação com a questão da avaliação, portanto deixemos as Assembleias Gerais de lado.

Sobre as Assembleias de Exposição Kassick diz o seguinte:

Por intermédio de uma ficha de compromisso, cada criança elege qual(is) atividade(s) deseja e que realizará, o tempo que dedicará a essa(s) atividade(s) e o dia em que irá expor os resultados à assembleia. Essa assembleia, chamada de Assembleia de Exposição, é composta por crianças de um determinado grupo e por um adulto que acompanha essa assembleia, que tem por objetivo a socialização do conhecimento, isto é, a troca coletiva de informações e experiências. O Coletivo também socializa o conhecimento, nomeando, em uma determinada área do conhecimento, crianças acima de doze anos de idade para monitorarem crianças de idade inferior a essa. É o que chamam de maioria didática. (KASSICK, 2002, p.26-27)

Assim, a assembleia é, entre outras funções, um fórum coletivo de avaliação, sem o caráter de atribuir nota, boletim, repressão, punição ou outros instrumentos para possibilitar o controle; é, sim, um espaço de exercício da liberdade e da autonomia, um espaço de relações. (KASSICK, 2002, p. 209)

As assembleias de exposição funcionam como uma forma de avaliação dos alunos, mas não com o caráter de julgamento ou punição. O sistema de atribuição de notas não é utilizado na

Escola, assim o aluno se esforça não para conseguir pontuação para progredir de série, mas para aprender de forma que o conhecimento seja verdadeiramente seu.

As crianças se organizam por grupos de atividades e convivência espontâneas, e a partir daí escolhem como desenvolverão suas atividades, que pesquisas e estudos desempenharão. Os resultados desses estudos são socializados nas Assembleias de Exposição. Durante o trimestre as crianças escolhem as atividades que querem realizar, solicitando aos adultos o número de oficinas que realizarão durante o período. É importante ressaltar que na Paidéia não há o sistema de aulas como conhecemos nas escolas tradicionais:

Na Paidéia não há um currículo, não há um conjunto de disciplinas que as crianças devam, compulsoriamente, estudar, não há um sistema de avaliação que quantifique o quanto de conhecimento conseguiram reter em determinada disciplina. Nela, as crianças desenvolvem as atividades que querem desenvolver de acordo com os seus interesses, através, principalmente, de atividades práticas de oficinas (KASSICK, 2002, p. 13)

Essa organização exposta acima atesta o quanto importante é a autonomia para a educação anarquista em geral, e especificamente para a dinâmica da Paidéia. Outro artifício curioso adotado nessa escola são os chamados “cuardenillos”. Esses “cuardenillos” são uma espécie de cadernos onde os alunos vão anotando os resultados de seus estudos. No dia da Assembleia esses cadernos são disponibilizados pelo aluno a todos os seus colegas e ao professor para que eles possam ler sobre suas pesquisas.

Na Paidéia as crianças não são divididas em turmas como no sistema serial e anual das escolas tradicionais, mas sim em grupos. Na Pré-Escola há dois grupos: dos iniciantes, até dois anos; e outro grupo, de três a quatro anos. No “colégio”, equivalente ao nosso ensino fundamental, são três grupos: dos pequenos, com crianças de cinco a nove anos; dos medianos, com crianças entre nove e treze anos; e dos maiores, com crianças de treze a dezesseis anos. A passagem de alunos de grupo a outro é discutida em assembleia, e acontece a partir do momento que ele se desenvolve ao ponto de assumir novas responsabilidades.

Dessa maneira, não há provas finais, exames, testes, que indicariam se um aluno está apto ou não a trocar de grupo. A avaliação que ocorre quando da troca de grupo por um aluno não é aquela prova escrita formulada pelo professor a qual estamos acostumados. Mas sim um processo que envolve toda a comunidade escolar.

Sobre os métodos de avaliação na Escola Paidéia, podemos fazer alguns importantes apontamentos.

Primeiramente: sobre a organização dos alunos. O fato das crianças se organizarem o máximo possível por conta própria, montando seus grupos de atividades, escolhendo, com o auxílio dos adultos, os assuntos a serem estudados, as oficinas a serem feitas, demonstra que dois princípios importantíssimos estão sendo vividos pelos alunos: autogestão e autonomia. Desde cedo as crianças desenvolvem a capacidade de se organizarem de maneira menos dependente possível, compartilhando responsabilidades e socializando conhecimentos.

Segundo: sobre a motivação para estudarem. Por não trabalharem com o

sistema tradicional de pontuação, nem com avaliações periódicas feitas pelo professor, os alunos não tem como motivação para estudarem, algo totalmente exterior a eles. Muitas das vezes estudam assuntos que escolheram, e ao invés de fazerem provas para o professor contabilizar erros e acertos, eles apresentam seus resultados em Assembleias de Exposição, que além de socializar o conhecimento, os ajudam a melhorar o que já fizeram.

Terceiro: sobre a produção do próprio conhecimento. Parece-nos muito claro que é imprescindível para um estudante que ele produza seu próprio saber. Nas escolas tradicionais são aplicadas provas, que por sua vez não passam de um papel que o aluno entrega ao professor e quando recebe de volta trata logo de descartar em algum lugar. Na Escola Paidéia as crianças realizam exposições nas Assembleias, confeccionam seus caderninhos, realizam atividades práticas, e dessa forma produzem o seu saber. Os já citados “cuadernillo” são expressão da produção material dos alunos, que não escrevem por que o professor assim o exigiu, mas para documentarem seus próprios estudos. Dessa maneira eles produzem seus conhecimentos, seu saber é materializado, e isso parece ser muito gratificante.

Quarto: avaliação e autoavaliação. No meio anarquista é comum nos depararmos com o prefixo *auto*. Palavras como autonomia, autogestão, autoemancipação, infestam os escritos anárquicos. A essa gama de termos vem se somar mais um: autoavaliação. Tão importante quanto avaliar, é se autoavaliar. O processo de autoavaliação na Paidéia parece ser mais intenso que nas escolas comuns, pois desde o momento em que o processo de avaliação é descentralizado

da figura do professor, os alunos tem que se acostumar com o exercício de avaliarem a si mesmos. A autoavaliação é um reflexo da autonomia desempenhada pelos alunos.

Considerações finais

Como havíamos dito na introdução, tínhamos dois principais objetivos com esse trabalho: provocar reflexões sobre a avaliação educacional, e apresentar uma proposta educacional e avaliativa diferente da que estamos acostumados nas escolas comuns: a educação anarquista. Esses dois objetivos nos parecem terem sido alcançados. Após ler esse trabalho poderíamos nos fazer perguntas do tipo: “o que eu entendo por avaliação?”, “por que, e como avaliar”, “afinal, é necessário avaliar?”. Não temos a intenção de trazer respostas prontas, pelo contrário, as dúvidas às vezes nos soam mais construtivas do que as respostas. Afinal, não foram as perguntas que iniciaram buscas por respostas propiciando assim as maiores descobertas da ciência moderna?

A intenção de trazer a experiência da Escola Paidéia foi a de provocar uma reflexão profunda sobre a avaliação educacional. A concepção de avaliação que a educação anarquista adota, e que a Paidéia pratica, é definitivamente diferente da que estamos acostumados nas nossas escolas. O que podemos aprender com a experiência singular da Escola Paidéia? Penso que há dois pontos fundamentais para refletirmos: a questão da autonomia, e da autoavaliação.

Na Escola Paidéia as crianças são educadas desde cedo a exercerem sua autonomia, através de práticas cotidianas, como por exemplo, organizar seus estudos, escolher as atividades a serem realizadas na escola,

participar de assembleias. Assim, a partir dessa tomada de autonomia, a relação dos alunos para com a avaliação passa a ser dupla: são avaliados e se autoavaliam. Nas assembleias são expostos aos comentários dos professores e de seus colegas, que os ajudam a crescer intelectualmente, assim são estimulados por outras pessoas, e durante o processo de estudo passam por uma avaliação de si mesmos, já que a autonomia gera mais liberdade, e conseqüentemente, mais responsabilidade.

Cada concepção de educação implica conseqüentemente uma concepção de avaliação. Se assim é, nossos problemas com as formas de avaliações feitas hoje em nossa sociedade parecem ser o reflexo dos problemas que temos com todo nosso sistema educacional.

Referencias

BAKUNIN, Mikhail. A Instrução Integral. In: COELHO, Plínio (Org.). **Mikhail Bakunin**: Obras escolhidas. São Paulo: Hedra, 2015a. p. 267-286.

_____. A ciência e a questão vital da Revolução. In: COELHO, Plínio (Org.). **Mikhail Bakunin**: Obras escolhidas. São Paulo: Hedra, 2015b. p. 303-345.

_____. Essência da religião. In: COELHO, Plínio (Org.). **Mikhail Bakunin**: Obras escolhidas. São Paulo: Hedra, 2015c. p. 141-152.

CODELLO, Francesco. **A boa educação**: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neil. São Paulo: Imaginário. 2007.

COLSON, Daniel. **O Anarquismo Hoje**. Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n. 36 - abril de 2012 - p.75-90.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. **A Escola Moderna**. Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014.

GALLO, S. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 268p.

KASSICK, Clovis Nicanor. **A organização da escola libertária como local de formação de sujeitos singulares**: um estudo sobre a Escola Paidéia. 2002. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LIPIANSKY, Edmond Marc. **A Pedagogia Libertária**. São Paulo: Imaginário, 2007.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

ROCHA, Mariza. Avaliação: ação, interação e inter-ação. In: FELTRAN, Regina Célia de Santis (org). **Experiências em avaliação na universidade**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. p. 15 – 34.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas** -v.I: A ideia. Porto Alegre: L&PM, 2007.

*Recebido em 2016-06-22
Publicado em 2016-11-06*